

O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas

The Look of Mothers about Intrafamily
Sexual Abuse of their Daughters

El Punto de Vista de las Madres sobre el Abuso
Sexual Intrafamiliar Sufrido por sus Hijas

**Joana Azevêdo Lima & Maria
de Fátima Pereira Alberto**

Universidade Federal da Paraíba

Artigo

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001692013>



Resumo: Apresenta-se dados de uma pesquisa enfocando as concepções que as mães possuem acerca do abuso sexual sofrido por suas filhas. Utilizou-se de metodologia qualitativa, entrevista semiestruturada e, para análise dos dados, utilizou-se da Análise de Conteúdo de Bardin. Os dados revelam que as mães expressam o entendimento sobre os abusos das filhas discorrendo sobre as características desses abusos, suas concepções de abuso e do lugar de mãe diante do fato. São mulheres que se baseiam em experiências pessoais para compreenderem a situação do abuso praticado contra a filha e protegerem-na.

Palavras-chaves: Abuso Sexual na Infância. Mães. Adaptação Psicológica.

Abstract: Presents data from a survey focusing on the concepts that mothers have concerning of sexual the abuse. A qualitative methodology was used, semi-structured interview for data analysis and content analysis of Bardin. The data reveal that the mothers express the understanding about their daughters abuse discorsing about the characteristics of the abuse of their daughters, their conceptions of abuse and the mother's place facing this fact. These are women who rely on their personal experiences to comprehend the situation of the abuse practiced against their daughters seeking to protect their children.

Keywords: Child Abuse, Sexual. Mothers. Adaptation, Psychological.

Resumen: Se presentan los datos de una investigación sobre las concepciones de las madres en relación con el abuso sexual al que han sido sometidas sus hijas. A tal propósito se ha utilizado la entrevista semi-estructurada, como técnica cualitativa, siendo analizados los datos utilizando el Analisis de Contenido de Bardin. Con relación con las percepciones maternas sobre dichos abusos y su posicionamiento ante tales hechos, los resultados revelan que éstas se ubican en las experiencias personales previas, para comprender y proteger a sus hijas.

Palabras clave: Abuso Sexual Infantil. Madres. Adaptación Psicológica.

Introdução

Dados do serviço do Disque-Denúncia Nacional mostram que, desde o início do serviço, em maio de 2003, até julho de 2010, foram realizados 2.484.755 atendimentos, bem como recebidas e encaminhadas 130.872 denúncias de violência contra crianças e adolescentes em todo o país. As denúncias foram registradas no território brasileiro e referiam-se a casos de tráfico para fins de exploração sexual, pornografia e abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes. Os dados também apontaram que as meninas são mais vitimadas se comparadas às denúncias de violência sexual cometidas contra os meninos. Nos casos denunciados como abuso sexual, especificamente, foco de interesse no presente artigo, a vitimização de meninas perfaz cerca de 78% dos registros efetuados, superando os casos de exploração sexual feminina (80%). No entanto, mesmo diante destes registros oficiais, não se pode precisar

o número de incidência de violência sexual infanto-juvenil no Brasil, uma vez que a maioria dos casos é subnotificada ou não é denunciada (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH, 2010). Importante *link* ao final com data de acesso.

O abuso sexual infanto-juvenil pode ser definido como o ato sexual praticado por um adulto ou alguém com diferença mínima de idade de cinco anos de sua vitimada (Dunaigre, 1999) e, portanto, com desenvolvimento físico e psíquico maior, o que presume detenção de poder sobre a criança ou o adolescente. O intuito do abusador é buscar o prazer sexual com quem vitima e, para isso, pode se servir de jogo de sedução e de ameaças, formas de garantir o sucesso em suas investidas. Esta forma de violência caracteriza-se por ser uma transposição de limites de direitos humanos, de papéis, de regras sociais, familiares e ainda de tabus (Faleiros, 2000).

De acordo com Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005), a experiência de abuso sexual que vitima crianças e adolescentes gera graves consequências, podendo afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos vitimados de diferentes formas e intensidade. No abuso sexual intrafamiliar, o abusador é um membro da família sanguínea ou de sua extensão. Por esse motivo, Forward e Buck (1989) afirmam tratar-se de forma de violência que envolve relação sexual entre pessoas com um grau próximo de parentesco ou por afinidade. Significa considerar que, mesmo que não consanguíneos, se o vitimado os compreende como familiares (como padrasto, madrasta, pai adotivo etc.). Apesar de, no processo do abuso sexual intrafamiliar enfocado, se vitimar a criança ou o adolescente, todos os envolvidos na dinâmica familiar também se tornam vitimados, seja pelos laços afetivos e biológicos que vinculam os membros da família, seja também pelo fato de o abusador ser alguém que também desfruta de tais características de afinidade, por ser alguém da família sanguínea ou por afinidade. Esse abuso sexual em seu caráter intrafamiliar é também percebido por algumas autoras como Saffioti (1999) e Forward e Buck (1989) como incesto, ou abuso sexual doméstico, conforme Faleiros (2000). Segundo Azambuja (2004), a incidência de abuso sexual de característica intrafamiliar está presente em 80% dos casos registrados dessa modalidade de violência no país. O abuso sexual doméstico ou intrafamiliar é forma de violência doméstica com características de repetição, ou seja, o agressor tende a reincidir na violência com frequência, seja pelo fato de residir junto à sua vitimada, tornando-se mais fácil o acesso a esta, ou somente porque se valida de seu papel social na vida dessa criança ou adolescente, utilizando o poder que lhe é conferido (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Os achados teóricos demonstram tratar-se de um tipo de violência relacionada às questões de gênero, pois, embora exista incidência em meninos, a maior prevalência encontra-se associada às meninas (Amazarrey & Koller, 1998; Araújo, 2002; Furniss, 1993; Gabel, 1991; Habigzang & Caminha, 2004; Habigzang et al., 2005; Libório, 2005;

Libório & Souza, 2004; Mees, 2001; Narvaz, 2005; Pfeiffer & Salvagni, 2005). A literatura apresenta como possíveis determinantes desta prevalência de gênero os aspectos sócio-históricos que nutrem as mais antigas formações sociais, associadas ao patriarcado. Segundo Saffioti (2004), o patriarcado carrega em si uma dimensão cultural e social que envolve a própria construção do masculino e do feminino na sociedade, o que Narvaz e Koller (2006) corroboram ao referirem que o patriarcado atribui socialmente aos homens, ou ao masculino enquanto categoria social, determinado poder sobre a mulher, ou o feminino. Assim, de acordo com Saffioti (1987, citado por Azevedo & Guerra, 1989), o patriarcado apresenta-se como uma forma de legitimação da assimetria das relações existentes entre gêneros, referindo-se a uma situação em que a mulher é subordinada ao homem.

No contexto da relação de gênero, a mãe aparece na posição social do sujeito dominado, mas que, ao mesmo tempo, é cobrada socialmente que assuma postura protetiva aos filhos(as) e que se responsabilize pelo equilíbrio familiar (Narvaz, 2005). Como se trata de atitudes e comportamentos modelados historicamente, as mulheres-mães terminam por também apresentarem os registros familiares históricos através de suas condutas (Lima, 2008).

Nas situações em que mães tomam conhecimento do abuso sexual praticado contra seu filho(a), a forma que encontram para encarar a situação também está relacionada à sua história de vida e ao modo como ela se constituiu, ou seja, com a cultura na qual esteve e está inserida. Dessa forma, pode-se afirmar que muitas das reações maternas estão relacionadas ao comportamento aprendido com a sua família, mais precisamente, com a mãe (Lima, 2008). Essa característica que transcende gerações, chegando a modelar o modo de agir da subsequente corrobora a teoria sócio-histórica tratada por Bock, Gonçalves e Furtado (2002).

Diversos autores (Felipe, 1999; Furniss, 1993; Habigzang et al., 2005; Narvaz, 2005;

Saffioti, 1999) discutem acerca das reações e sensações maternas diante da realidade do abuso intrafamiliar contra o filho ou a filha, destacando-se sentirem-se confusas, desconfiadas e experimentarem sentimentos ambivalentes, tais como culpa, raiva, ciúme e tristeza.

Ao abordar os aspectos que envolvem o conhecimento ou não da mãe de que o abuso está acontecendo ou que seu filho ou filha foram vitimados, Saffioti (1999) e Felipe (1999) afirmam que as mães sempre sabem o que ocorre com os filhos; por outro lado, Narvaz (2005) e Habigzang et al. (2005) afirmam que, em geral, as mães não sabem, e, para Furniss (1993), a mãe pode até saber; no entanto, não crê. Para Saffioti (1999) e Felipe (1999), trata-se de um conhecimento inconsciente, como se a mãe intuísse, mas não possuísse provas. Para Narvaz (2005), as mães, em geral, desconhecem a situação de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil, pois carregam em suas próprias histórias de vida a vitimação pela mesma forma de violência, o que faz emergir barreiras de ordem emocionais que dificultam a admissão de tal incidência com os filhos. Ou seja, a situação aversiva vivida por elas no passado é tão carregada de emoção que as torna mães incapazes de perceberem os abusos ou, ainda, sem coragem de admitir. Para esta mesma autora, o que é ratificado por Habigzang et al. (2005), apesar dos discursos da convivência, culpa e cumplicidade maternas diante do abuso sexual dos filhos, a maioria das mães não está ciente de que o abuso sexual ocorre e, quando tomam conhecimento, são elas as que mais denunciam os casos de abusos intrafamiliares. Para Furniss (1993), existem mães que reconhecem o abuso sexual sofrido pelo(a) filho(a), mas que não acreditam, sendo assim incapazes de protegê-los. Sobre esse aspecto, em pesquisa realizada por Lima (2008), os dados revelaram que as mães desconhecem que o abuso intrafamiliar contra seu filho ou filha está ocorrendo ou ocorreu. Acrescenta ainda que as mães passam a conhecer o fato a partir do(a) vitimado(a) através de outras pessoas próximas a ela como parentes e amigos, o que alinha-se aos achados de Habigzang et al. (2005) e Narvaz (2005).

Azevedo e Guerra (1989) afirmam que existe uma tendência de se responsabilizar a mãe por tudo o que acontece na família, corroborando-se os registros históricos de formação familiar em que se focaliza o papel materno como mantenedor de harmonia e cuidado com os filhos. Daí acusá-la de fraca, negligente, incapaz, imatura ou mesmo conivente nos casos de abuso sexual incestuoso.

Diante do conhecimento da violência, muitas mães sentem-se colocadas frente à necessidade de uma escolha, o que gera inúmeros conflitos. Tendem a achar muito difícil a separação do agressor (quando marido), ou até mesmo impossível. Sentem-se pressionadas não somente por pessoas da família, amigos, vizinhos, mas, principalmente, por elas mesmas (Lima, 2008).

Em famílias consideradas abusivas, podem-se identificar ainda padrões aprendidos transmitidos de forma transgeracional, tanto de violência física quanto sexual. A experiência dos pais em suas famílias de origem está relacionada à qualidade da parentagem na vida adulta. Demonstram uma espécie de padrão de repetição relativamente estável dos processos, tanto de adaptação e resiliência quanto de vulnerabilidade, e que é transmitido através de três ou quatro gerações familiares. O risco de repetição da experiência de negligência e de educação severa na infância tem sido demonstrado em diversas investigações. Uma das principais consequências de haver sofrido abuso físico é a probabilidade de transformar-se num adulto abusivo, que não reproduza necessariamente a mesma forma de violência a que foi submetido, mas que seja autor de alguma das formas de sua manifestação como, por exemplo, um abuso cultural ou social (Azevedo & Guerra, 1989; Narvaz, 2005).

A respeito da possível transmissão transgeracional da violência sexual, pesquisas citadas por Narvaz (2005) demonstram que muitas das mães das vítimas de abuso sexual intrafamiliar também foram abusadas na infância. Essas mães não receberam apoio das próprias mães, mostrando-se, na vida adulta, dependentes, emocional e/ou

economicamente, dos companheiros. Como forma de visualizar a informação, a autora apresenta estudo realizado por McCloskey e Bailey (2000), as quais afirmam que as meninas cujas mães foram sexualmente abusadas têm 3,6 mais chances de serem também sexualmente vitimizadas.

Muitas vezes, membros familiares vitimados guardam a experiência traumática em segredo, o que pode se transformar num legado familiar. Isso significa dizer que essa prática, não somente do segredo, mas, principalmente, da vitimação, tende a passar de geração a geração. Nesse sentido, a revelação de uma situação de abuso sexual infanto-juvenil pode gerar uma revivência à mãe de sua própria vitimação (Azevedo & Guerra, 1989; Narvaz, 2005).

Por outro lado, Furniss (1993) afirma que, apesar de as mães de crianças e de adolescentes abusadas sexualmente sentirem dificuldade em reconhecer a incidência do abuso em sua família (mesmo tendo notado os indícios), elas assumem posturas extremamente protetoras e firmes no trato com a situação, especialmente com os filhos ou filhas. As mães percebem que podem apresentar um teor mais particular, ou seja, de que elas estariam falando com tanta propriedade a respeito do abuso que terminavam por projetar a experiência de abuso que sofreu na infância, o que chamou de “Síndrome de Munchausen-por-procuração” (p. 321). Segundo ele, as mães que também foram abusadas sexualmente na infância tendem a buscar ajudar o(a) filho(a) baseando-se em suas próprias experiências. E, pelo fato de suspeitarem da possibilidade da violência, tratam de tornar-se extremamente protetivas. No entanto, não têm interesse em envolver polícia nem a ajuda de programas sociais para auxiliá-las, nem a criança, nem o adolescente, uma vez que não querem expor a família. O que de fato desejam é que o agressor confesse a ela o malfeito, para que possa restabelecer o equilíbrio familiar, permitindo o seu retorno ao lar.

Narvaz (2001) corrobora a afirmação de que de fato existem muitas mães de vítimas de

abuso sexual intrafamiliar que também foram abusadas na infância, mostrando-se, na vida adulta, dependentes, emocional ou economicamente, dos companheiros. Lima (2008) assinala que tal postura de dependência das mães também é dirigida a outros familiares, expressa como solicitação de ajuda para tomar providências como denunciar ou não o agressor diante do conhecimento do abuso do filho ou da filha. Há casos ainda em que elas transferem completamente tal postura de proteção e providência ante a situação de violência. Furniss (1993) aponta que mães que viveram essa situação e a veem estampada em seu(sua) filho (a) não conseguem lidar enquanto mães com o abuso da criança ou do adolescente. Isso porque são obrigadas a admitir que sofrimento semelhante ao seu foi infligido a seu(sua) filho(a). Nesse sentido, a mãe tende a sentir enorme culpa por não ter conseguido proteger a criança ou o adolescente. Em outros momentos, pode desenvolver hostilidade, ou baixa autoestima em relação aos vitimizados, uma vez que a faz retomar sensações desagradáveis com a revivência do próprio abuso.

A atenção materna à possibilidade da violência sexual intrafamiliar incidente é despertada, consciente ou inconscientemente, a partir da semelhança entre a situação que seu(sua) filho(a) estão vivendo com a sua no passado. Ou, mesmo, pode ser despertada quando nota que a criança ou o adolescente se encontram na mesma faixa etária em que estava ao ser vitimada (Furniss, 1993).

Entre os sentimentos experimentados pelas mães, nesses casos, está também o sentimento de distanciamento com o mundo, perda do interesse, dificuldade em conectar-se com emoções, especialmente, as associadas à intimidade e sexualidade, além da incapacidade para recordar o trauma. Esses sintomas ainda se acentuam na medida em que o vitimado se encontra em situações que recordam ou simbolizam o trauma original (Narvaz, 2001).

É neste cenário de experiência da violência sexual praticada contra o filho(a) que se inscreve o objetivo de compreender as concepções das mães acerca do abuso sexual

intrafamiliar sofrido pelo filho(a) e também de conhecer os caminhos que elas percorreram para chegar a esta compreensão. Isso porque, o modo como as mães entendem e vivenciam a situação de vitimação do filho(a) vai ditar a forma com que se posicionarão diante do problema e assim as providências relacionadas (denunciar ou não, a quem procurar etc). Sendo as mães peças-chaves na proteção de seus filhos(as) e aquelas que mais denunciavam as vitimações dos mesmos, estando elas munidas de conhecimento acerca do assunto, podem contribuir para que novas vitimações sejam evitadas.

Método

A metodologia utilizada na pesquisa que originou este artigo foi a abordagem qualitativa, dado o caráter subjetivo do objeto que se propõe pesquisar, ou seja, a concepção das mães diante do abuso sexual contra seu(sua) filho(a).

Participantes

Participaram desta pesquisa 13 mães cujo critério de escolha foi definido a partir da saturação (Sá, 1998). As participantes da pesquisa residem no estado de Rondônia e caracterizam-se por terem seu(sua) filho(a) atendidos ou em atendimento no programa especializado local e também por terem sido atendidas pela pesquisadora enquanto esta esteve atuando como psicóloga do referido Programa. As participantes foram indagadas acerca da interpretação e dos significados que atribuíram à situação de abuso sexual intrafamiliar praticado contra seu(sua) filho(a).

Procedimentos

Para que esta pesquisa fosse realizada, foram adotados os passos determinados na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 1996), que trata de pesquisa que envolvem seres humanos. Em seguida, as participantes foram contatadas e convidadas a participar da pesquisa, sendo esclarecidas quanto aos procedimentos a serem nela efetivados, conforme disposto no

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que assinaram.

Técnica de coleta de dados

Foi utilizada a entrevista semiestruturada para coletar os dados, organizada primeiramente por questões que envolviam a aquisição dos dados biossociodemográficos e questões que pleiteavam relatos concernentes ao abuso sexual contra seu(sua) filho(a) e seus entendimentos acerca da situação. Para que se pudesse acessar tais conteúdos específicos de uma etapa ou situação de vida das entrevistadas, utilizaram-se como direcionamento as questões construídas nos moldes da História de Vida Tópica (Minayo, 1994).

Tratamento de dados

Utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo Temático de Bardin (2007), enfatizando-se a ausência ou a presença do tema, a despeito de sua frequência. As entrevistas foram *transcritas* na íntegra; em seguida, fez-se a *leitura flutuante* a fim de se conhecer o conteúdo e, então, captar as primeiras impressões e orientações a partir de sua análise. Em seguida, os dados foram *tabulados*, possibilitando-se o recorte das unidades temáticas; então, procedeu-se à etapa de construção de categorias a partir da *codificação* que possibilitou o agrupamento das unidades temáticas; para a elaboração de uma representação simplificada do conteúdo, procedeu-se à *categorização*; e, finalmente, à *inferência* e à *interpretação* com os respectivos intuitos de se descrever os dados e se estabelecer relações com os fundamentos teóricos adotados.

Resultados

O perfil biossociodemográfico das mães

As entrevistadas revelaram que, dentre seus filhos, os que foram vitimados foram meninas. Na época em que foram entrevistadas para a pesquisa, as mães tinham idades entre 25 e 50 anos. Quanto a suas ocupações, quatro delas responderam que se consideravam não trabalhadoras, ou "do lar", enquanto nove se

consideravam trabalhadoras exercendo ofício de copeira, lavadeira de roupas, manicure, funcionária pública, diarista, empregada doméstica e como técnica em enfermagem. Quanto ao grau de escolaridade, oito das entrevistadas revelaram que tinham cursado até o ensino fundamental, quatro delas estudaram até o ensino médio completo e uma delas tinha terminado um curso técnico.

Em relação aos relacionamentos maritais na época do abuso sexual intrafamiliar contra sua filha, nove entrevistadas afirmaram que mantinham e quatro delas estavam solteiras; e, entre as que sustentavam um compromisso conjugal, três delas afirmaram tê-lo rompido após o abuso, pois os próprios companheiros eram os abusadores. Tiveram outros companheiros, antes deste companheiro atual. Engravidaram na maior parte de seus relacionamentos e possuíam entre três e sete filhos, e somente uma entre as participantes afirmou ter uma única filha.

As mães que se definiam como trabalhadoras ocupavam lugar de principal provedora da renda familiar com renda mensal entre R\$ 100,00 a R\$ 620,00. Suas casas eram localizadas em bairros periféricos da cidade, o que significa um trecho urbano com infraestrutura precária tanto do ponto de vista da comunidade quanto do aspecto físico. Segundo as participantes, cinco residiam com parentes (mãe, irmãos, cunhados, sobrinhos...). Isso quer dizer que, quando não habitavam na mesma residência, tinham casa construída no terreno contíguo ao de outro familiar.

Características do Abuso Sexual

Quando as mães foram indagadas a respeito do abuso sexual contra sua filha, expressaram seus entendimentos acerca do assunto através de relatos compostos de características que envolveram o fato com dados que versavam sobre: o *lugar* (relatam que o abuso ocorreu na casa do agressor e em seu próprio domicílio), os *envolvidos* no contexto da violência (revelaram o envolvimento de outras pessoas como irmãos, tios, primos, ex-sogros, compadres e até amigos) e a *forma* como se deu o

abuso (indicando a presença ou ausência de sedução e ameaça) conforme segue relato:

[...] dizia que, se ela não fosse com ele, ele ia jogar gasolina ao redor da minha casa e tocar fogo comigo dentro. *Aí, bom, [sic] disse que, pra não ver eu morrer, ela foi. Ameaçou ela também com um revólver. Disse que ele andava com um revólver. Ameaçava, se ela não fosse, ele matava...* (46 anos, teve a filha vitimada pelo cunhado).

Todos os abusos sexuais relatados aconteciam em períodos em que as mães estavam ausentes do local onde ocorrera, por motivos como: estarem trabalhando, saírem para se divertir, não residir com a filha (estando esta morando com o pai ou outros parentes como tios, avós etc.) e, em seis delas, devido ao fato da criança ou do adolescente estarem visitando outros parentes.

A partir do relato das entrevistadas acerca da situação de abuso sexual de sua filha, as mães fazem menção de envolvimento de outros parentes na situação enfocada, seja por estes estarem responsáveis pela criança ou adolescente vitimadas quando aconteceu a violência ou por estarem recebendo visita das meninas em sua casa. No entanto, quando as entrevistadas são questionadas acerca de sua relação com os parentes, revelam que nem sempre tiveram o apoio destes após o conhecimento do abuso sexual contra a filha. Isso quer dizer que, embora tais parentes fossem conhecedores e participantes da situação, direta ou indiretamente, nem sempre deram suporte emocional às mães. Sendo assim, trata-se de um envolvimento em que os membros da família que circundam a vitimada e a mãe são levados a se envolver pelo simples fato de estarem ao redor da situação; no entanto, não dedicam atenção ao fato nem às implicações geradas.

Quanto à forma que ocorreu o abuso, todas as mães referiram que os abusadores se valeiram de ameaças que envolviam os parentes das meninas, tendo como principal alvo as mães. Segundo o relato das participantes, as filhas referiram tais ameaças às mães como sendo motivo central para a não revelação

da violência. Acrescentaram que as filhas ficavam com medo de que os agressores cumprissem as ameaças de fazerem mal à família delas, principalmente de lhes matar a mãe. No entanto, as entrevistadas revelaram que, antes da efetivação das ameaças, os vitimadores tendiam a se valer de meios de sedução, oferecendo presentes às meninas, como dinheiro, acessórios e roupas novas.

Concepções maternas

Ao serem questionadas acerca do que aconteceu com suas filhas, as mães entrevistadas discorreram sobre suas concepções, ou seja, o modo como compreenderam a situação e como entenderam o papel materno no contexto da família vitimizada. Diante disso, a análise dos relatos das mães entrevistadas permitiu a composição de dois blocos de subcategorias que referem as concepções: sobre o *abuso sexual praticado contra sua filha* e acerca do *papel de mãe diante do conhecimento desse abuso sexual*.

Para abordarem a concepção sobre o abuso sexual praticado contra sua filha, as mães fazem uso de *linguagem técnica e de expressões denotadoras* de conjunção carnal. Quanto às características técnicas, versam sobre esfera jurídica (quando referem termos como inquérito, ruptura de hímen, entre outros); e médica e legista (mencionando expressões como ruptura himenal). Além disso, as falas das mães revelam preocupação com a *presença ou ausência de conjunção carnal* quando relatam o ocorrido através de expressões como “o pior não aconteceu” (referindo-se à preservação do hímen) ou “ela não é mais de nada” (referindo-se a presença de conjunção).

[...] *E aí, a avó chegou e falou esse monte de coisa: “Olha, ela não é mais de nada, não sei o que... Eu digo: “Isso tá ficando doída!” Então, espero a minha filha chegar, boto ela dentro do quarto, e eu mesma fui examinar a minha filha. Aos olhos clínicos meus, né, pra mim ela não era mais nada. Assim, não, não era mais nada não. A forma de falar errada. Mas na nossa linguagem popular mesmo: “Ah, não é*

mais de nada! Já...” É isso que eu quis dizer, assim, né... (34 anos. A filha foi vitimada pelo ex-marido, padrasto da menina na época).

Os dados revelam que as mães entrevistadas possuem um conhecimento prático a respeito do abuso sexual. O fato de lidarem com tal situação as fez assimilar ao seu vocabulário expressões relativas a áreas técnicas. Como também expressam um conhecimento particular que pode ser associado à sua concepção de valores e papéis sociais femininos enraizados na história da mulher. Terminam por valorizar a virgindade, estando isso como foco de preocupações.

A respeito de seu *papel enquanto mãe, ao tomar conhecimento do abuso sexual*, as participantes revelam a existência de uma configuração que as caracteriza antes de saberem (tinham confiança no agressor e que eram distantes de sua filha), no momento em que tomam conhecimento (sentem-se confusas e sem saber em quem confiar); e após o conhecimento do abuso praticado contra sua filha (sentem-se desconfiadas das pessoas ao seu redor e mais cuidadosas com todos os seus filhos).

[...] *Errei por confiar demais nas pessoas. Confiar demais tipo assim, eu não tinha experiência do que era criar um filho. Porque filho hoje em dia, eu já penso assim, filho a gente não entrega na mão de qualquer pessoa não, num [sic] confia em qualquer pessoa... Eu chego ao ponto de pensar assim, sempre pensei assim, que, hoje em dia, no mundo que a gente vive, a gente não confia nem no próprio pai da criança. Hoje em dia eu penso assim. É de se até desconfiar do próprio pai que mora junto com a gente dentro de uma casa... (26 anos. A filha foi abusada sexualmente por seu cunhado).*

As entrevistadas relatam o que se pode compreender como uma análise que fazem acerca de seu papel enquanto mãe. Revelam que adquiriram um novo comportamento diante de seus filhos após o conhecimento do abuso sexual intrafamiliar, relatando que passaram a tomar mais cuidado com os filhos.

Entretanto, acrescentam que, mesmo quando se mostraram menos cuidadosas (na época da vitimação), estavam buscando formas de cuidar de seus filhos.

Discussão

Os dados da pesquisa acerca do perfil biossociodemográfico das mães revelaram que as mães entrevistadas se caracterizam por terem entre 25 e 50 anos, possuírem (em sua maioria) baixas condições econômicas, trabalharem fora e serem as responsáveis pelos proventos domésticos pelo fato de cuidarem sozinhas dos filhos.

Alguns autores discutem acerca da existência da relação entre condições econômicas e a incidência de abuso sexual intrafamiliar. Para Leal e César (1998) e Azambuja (2004), por exemplo, a forma com que a realidade da pobreza interfere na incidência de abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar se configura no modo de como se vai lidar com o fato bem como de que forma ele se desenvolve na família. Portanto, há uma maior incidência do abuso em meio a famílias com padrão econômico mais baixo. Habigzang e Caminha (2004), por sua vez, afirmam que não é regra que haja relação entre pobreza e abuso sexual infanto-juvenil. Acrescentam ainda que, embora corroborem a existência da relação, é necessário ter cuidado com generalizações.

A relação entre abuso e classe social explicita-se em decorrência do tornar-se público. Pfeiffer e Salvagni (2005) traçam um perfil de famílias de acordo com sua condição econômica. Em famílias mais pobres, existe maior inclinação em se revelar o abuso aos órgãos competentes como forma de pedido de ajuda para a solução do problema. Já em famílias de classe média, há a tendência de se esconder o fato a fim de se evitar a exposição de sua condição de desequilíbrio à sociedade.

Ao discorrerem acerca das características que permearam a situação do abuso sexual que vitimou suas filhas, as entrevistadas revelaram que os abusos aconteciam ou em sua casa ou na do abusador, o que possibilitou o

envolvimento de outros parentes na situação (tios, primos etc), mas que não significou que essas mães puderam contar com o apoio deles; pelo contrário, muitas vezes esses parentes advogavam a favor do vitimador. Sob esse aspecto, alguns autores revelam que há uma predominância efetiva da incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço privado, destacando-se a residência da vítima ou do agressor. A familiaridade com o espaço onde ocorre o abuso sexual torna-se fator de apoio para o abusador que cuida por se beneficiar ainda mais do lugar privilegiado de seu papel ante a família da criança ou do adolescente, permitindo-lhe distorcer de maneira mais perversa as relações ou envolver também outras pessoas na situação (Azambuja, 2004; Faleiros & Campos 2003). Além disso, outra discussão se sobressai diante do cenário do abuso sexual contra crianças e adolescentes – a cultura do patriarcado. Trata-se de uma configuração social com caracteres do adultocentrismo, que se refere à dominação exercida não somente pelo sujeito homem, mas por um homem adulto sobre a criança ou adolescente (Saffioti, 1987, 1997, 1999, 2001a, 2001b, 2004).

Segundo as mães entrevistadas, as filhas foram seduzidas por seus vitimadores, que lhes ofereceram presentes como forma de convencê-las a não resistirem ao abuso ou não revelarem o feito a alguém. Segundo Azambuja (2004), Furniss (1993), Habigzang e Caminha (2004) e Leal e César (1998), o uso da sedução é prática comum por parte de abusadores, situação em que buscam ganhar vantagem sobre a criança e o adolescente. Trata-se de conquista sutil, seguida de envolvimento tão profundo, com poder de anular a capacidade de discernimento da vitimada, que culmina com o seu aprisionamento na trama emocional.

Quanto às ameaças sofridas pelas meninas por parte de seus abusadores e que, segundo as entrevistadas, era motivo de não revelação da violência, estas eram dirigidas principalmente às mães das meninas, o que as paralisava diante da investida de revelação acerca do abuso que estavam sofrendo. Corroborando os dados emergentes desta pesquisa, Furniss (1993) afirma que a ameaça, tal qual

a sedução já discutida, também faz parte das práticas que permeiam e caracterizam o abuso sexual; afinal de contas, é o meio utilizado pelo agressor para tentar evitar a revelação da violência, ou seja, funciona como mecanismo de controle deste sobre as crianças e adolescentes de que ele abusou. Para Furniss (1993) e Pfeiffer e Salvagni (2005), as mães são o principal foco da ameaça, mobilizando as meninas abusadas.

As entrevistadas discorrem ainda acerca do modo como compreendem o abuso sexual sofrido pela filha. Os dados revelam que a concepção que referem relaciona diretamente o abuso sexual com o prejuízo ou não da virgindade da menina, o que lembra os moldes de estruturas sociais anteriores, em que se valorizava a virgindade das mulheres. Conforme Assmar, Ferreira, Novaes e Tomaz (2000), esse ainda é um pensamento condutor de regras e comportamentos internos de uma família. Algo aprendido social e culturalmente com influências multigeracionais. E que, mesmo diante do intenso movimento feminista que abalou o modelo comportamental cristalizado da época nas famílias, não foi suficiente, ainda, para provocar mudanças substanciais nas crenças e valores, principalmente, dos homens.

Leal e César (1998) corroboram essa afirmação ao exporem que a cultura que ainda vigora, na sociedade em que essas mulheres estão inseridas, é a tradição machista. Diante disso, essas mulheres não podem fugir da concepção de que a primeira relação sexual deva ser valorizada, e que, conseqüentemente, a perda da virgindade representa a desvalorização da menina.

A fala das participantes também se compõe de características de linguagem que revelam certa experiência diante dos trâmites que envolvem situações de abuso sexual, como a utilização de linguagem jurídica ou médico-legista, assim como a preocupação com presença ou ausência de conjunção carnal, mais uma vez fazendo emergir os aspectos circundantes da virgindade discutidos anteriormente. Tais dados encontram respaldo nas pesquisas de Narvaz (2005) e Azevedo e Guerra (1993). Segundo Narvaz (2005), um dos motivos

para a alta valorização da virgindade gera nas filhas que foram abusadas a concepção de que estão 'danificadas' ou 'destruídas'. Eis uma das justificativas possíveis para uma improvável denúncia por parte das meninas e famílias, isso porque temem a estigmatização; e, assim, optam pelo segredo ou tentam lidar com a situação com cuidado para não divulgar fora da família.

Azevedo e Guerra (1993) acrescentam que a preocupação expressa com a virgindade da filha pode estar ligada ao papel atribuído sócio-historicamente às mães de responsável pela manutenção de elementos ideológicos, valores e crenças familiares capazes de estabelecer a harmonia almejada por ela dentro do contexto domiciliar.

Os dados motivaram ainda discussão acerca do papel atribuído socialmente às mães frente à família, o que foi traduzido como dados pertinentes ao papel da mãe diante do conhecimento do abuso sexual que vitimou sua filha. Sobre esse aspecto, as mães afirmam que, antes de saberem da vitimação da filha, eram muito próximas dos abusadores a ponto de não terem desconfiança deles, aspecto não convidativo da postura de proteção e desconfiança gerada após o conhecimento do abuso. Aliado a isso, ao discorrerem acerca do momento em que tomam conhecimento da situação, elas revelam que ficaram confusas e sem saber em quem confiar. Tais aspectos são tratados na literatura por autores como Azevedo e Guerra, (1993), Furniss (1993), Habigzang e Caminha (2004), Habigzang et al. (2005). Revelam que, mesmo diante desse tipo de situação que gera abalo e, muitas vezes, cisão familiar, a mãe, ainda assim, permanece como responsável pelo elo e harmonia da família. A ela é atribuída, social e historicamente, a responsabilidade da união familiar. Furniss (1993) e Lima (2008) acrescentam que, em famílias em que acontece abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar, a mãe geralmente tem o papel de progenitor não abusivo. Esse lugar ocupado por ela lhe atribui a função de proteger a filha, principalmente, em casos de vitimação por tempo prolongado.

Considerações finais

O olhar das mães a respeito da situação de abuso sexual intrafamiliar praticado contra suas filhas, revelado no estudo, mostra tratarem-se de mães que constituem uma família de baixa renda, que trabalham fora de casa e que, portanto, são as principais provedoras da família. Justamente nessa ausência de casa, enquanto estão no trabalho, é que os abusos sexuais relatados acontecem, ou seja, em sua própria casa.

Os resultados da presente investigação atestam a dimensão cultural de gênero em que o feminino aparece subordinado ao masculino, denotando a presença do patriarcado na construção das relações entre familiares, marcada pela incidência do abuso sexual praticado por homens contra mulheres. Esse cenário cultural entre gêneros é evidenciado com a preocupação expressa pelas mães com a virgindade das filhas, o que tem a força de ditar a forma de compreensão que têm acerca do que consideram ou não como abuso sexual.

O caminho que as mães percorrem para compreender a situação vivida por sua filha revela traços de sua história pessoal tanto no fazer materno (associado ao que viveu com sua própria mãe); traços de socialização (fazendo alusão a aspectos relacionados à socialização de gêneros) e as construções intelectuais contatadas em sua vida prática (conhecimentos adquiridos com o contato com a realidade vivida).

Diante disso, é importante que se façam presentes na vida dessas mulheres-mães Políticas Públicas efetivas que possam assegurar-lhes apoio e retaguarda necessária para a sua elaboração da experiência de abuso sexual intrafamiliar praticada contra a filha. Trata-se da viabilização de atendimento especializado para a criança ou adolescente vitimada, das mães, bem como um acolhimento profissional a toda a família. Aliado ao atendimento, faz-se necessária a criação de campanhas preocupadas com o modo como a população está compreendendo o abuso sexual e não somente com a transmissão de informações formalizadas e técnicas.

O presente estudo demonstra que as mães participantes desta pesquisa desconheciam a situação de vitimação de suas filhas. Que, ao saberem, buscaram encontrar maneiras de proteger as filhas. No entanto, esta postura protetiva está diretamente ligada à maneira que estas mães compreendem o abuso sexual, o que vai influenciar as ações subsequentes ao conhecimento da violência, como, por exemplo, denunciar ou não o abusador. No entanto, faz-se importante lembrar que tais ações também são apoiadas na qualidade da retaguarda assegurada a elas. Embora as mulheres-mães sejam as que mais denunciam as situações de abuso sexual intrafamiliar, os dados apontam para a importância da sensação de segurança quanto ao tipo de retaguarda que terão, ou seja, de que, ao denunciarem os abusadores, lhes será garantido que poderão voltar para suas casas sem que sejam ameaçadas ou violentadas pelos abusadores de sua filha ou por familiares destes. Ou, ainda, que, mesmo que não seja comprovada a culpa do abusador denunciado por ela, seja assegurado a ela seu retorno a casa sem represálias.

Os achados desta pesquisa apontam para a importância do conhecimento dessas mães acerca dos caminhos protetores de seus direitos, instrução essa que pode ajudá-las a basear suas ações diante do conhecimento do abuso sofrido pela filha, auxiliando-as na compreensão da dimensão da violência. Trata-se de uma forma de evitar uma possível naturalização da impunidade dos abusadores sexuais e evitar também que passem a viver como reféns da situação. É uma forma de impedir subsequente vitimização dos filhos, ou seja, evitar que aconteça uma situação de repetição da violência intrafamiliar, ou seja, impedir que crianças e adolescentes que delas dependem passem a constituir o grupo social vulnerável a tal forma de violência.

Como forma de ações efetivas diante da situação de abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar, sugere-se uma efetiva atenção à estrutura pública de acolhimento da realidade da mulher moderna, que trabalha fora e se faz principal provedora da família, como creches nos bairros, postos de saúde etc. Ao Estado, cabe o cumprimento do que está preconizado na legislação brasileira em relação aos direitos dessas famílias.

Referências

- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica, 11*(3), 559-578.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo, 7*(2), 3-11.
- Assmar, E. M. L., Ferreira, M. C., Novaes, H., & Tomaz, M. (2000). Premissas histórico-socioculturais sobre a família brasileira em função do sexo e da idade. *Psicologia Reflexão e Crítica, 13*(1), 89-96.
- Azambuja, M. R. F. (2004). *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo, SP: Iglu.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (Orgs.). (1993). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo, SP: Cortez.
- Bardin, L. (2007). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (Orgs.). (2002). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (2a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Dunaigre, P. (1999). O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). *Inocência em perigo: - abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet* (pp. 12-23). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Thesaurus.
- Faleiros, E.T.S., & Campos, J. O. (2003). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- Felipe, S. (1999). Violência sexual na família e cumplicidade institucional. *Texto & Contexto, 8*(2), 77-100.
- Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas
- Gabel, M. (Org.). (1991). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo, SP: Summus.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceitualização e intervenção clínica*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa, 21*(03), 341-348.
- Leal, M. F. P., & César, M. A. (Org.) (1998). *Indicadores de violência intra-familiar e exploração comercial de crianças e adolescentes: relatório final*. Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia Reflexão e Crítica, 18*(3), 413-420.
- Libório, R. M. C., & Souza, S. M. G. (Orgs.). (2004). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Lima, J. A. (2008). *As vivências subjetivas das mães diante do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- McCloskey, L.A. & Bailey, J.A. (2000). The intergeneration transmission of risk for child sexual abuse. *Journal of interpersonal violence, 15*(10), 1019-1038.
- Mees, L. A. (2001). *Abuso sexual, trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (3a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Brasil (1996). Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 196/96. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

- Narvaz, M. G. (2001). A transmissão transgeracional da violência. *Insight*, 118(11), 17-22.
- Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1): 49-55.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005) Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *J. Pediatria*, 81(5), 197-204.
- Sá, G. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo, SP: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (1997). No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In Madeira, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* (pp. 132-211). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91.
- Saffioti, H. I. B. (2001a). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Saffioti, H. I. B. (2001b). Subjetividad. Herramienta. *Revista de Debate y Crítica Marxista*, 16, 111-129.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH. (2010). *Disque denúncia nacional de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes: DDN 100*. Recuperado de http://www.prac.ufpb.br/copac/escolaqueprotege/documentos/FEPETIPB_241110/FEPETIDD.pdf

Joana Azevêdo Lima

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB. Brasil. Docente do curso de graduação em Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa/Devry/Brasil – Salvador – Brasil.

E-mail: joanaazevedolima@yahoo.com.br

Maria de Fátima Pereira Alberto

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente associada da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB. Brasil.

E-mail: jfalberto@uol.com.br

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - Campus I, Departamento de Psicologia. Cidade Universitária – Campus I, Castelo Branco. CEP: 58000-000. João Pessoa - PB. Brasil.

Recebido: 22/06/2013, Aprovado: 14/09/2015.